

QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - REFLEXOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ALAGOAS

Maria das Graças Correia Gomes
UNEAL - Brasil - gracac.gomes@hotmail.com
Elione Maria Nogueira Diógenes
UFAL- Brasil - elionend@uol.com.br.

Resumo: O presente artigo expõe o projeto de tese de doutorado aprovado por uma universidade Federal, no ano de 2013. O interesse da pesquisa é investigar os reflexos nas escolas públicas de Alagoas, provocados pela qualidade adotada pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). As categorias principais são políticas educacionais, qualidade e sistema de avaliação. O aporte teórico se baseia em Azevedo (2004), Souza (2007), Diógenes (2011), Freitas (2007), Afonso (2009), Gatti (2005) Gamboa (2007), entre outros. A pesquisa teórica envolverá a globalização, noções de Estado, políticas sociais, política educacional com o foco na qualidade do Sistema de Avaliação da Educação Básica, direcionando para a pesquisa empírica nas escolas públicas.

Palavras chaves: Avaliação. Qualidade. Escola pública.

Introdução

O interesse pelo tema partiu do trabalho realizado na Secretaria Municipal de Educação de Maceió, cujo intuito era trabalhar com escolas que apresentaram um baixo índice no IDEB e no Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas (SAVEAL), verificou-se uma grande pressão nas escolas e o interesse em melhorar os seus índices interferiam diretamente no dia a dia dessas escolas. Será que esta realidade atinge todo o estado de Alagoas?

Dessa forma, o direcionamento do estudo se propõe a aprofundar sobre qual qualidade de ensino é defendida pelo o Sistema de Avaliação da Educação Básica, fazer um comparativo entre o SAEB e o SAVEAL, das relações com as políticas públicas adotadas para a melhoria da qualidade de ensino, com relevância também nos programas, projetos, planos e ações oferecidas pelo governo federal e estadual e seus reflexos na estrutura micro (escola pública).

A partir da década de 90, com a LDBEN 9394/96, percebeu-se a ênfase em uma lei que evidenciava um sistema de avaliação, principalmente na educação básica, houve necessidade de um controle maior sobre as escolas em relação ao seu desempenho, assim, em 2005 houve uma reestruturação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)¹ que passou a informar o índice das escolas². A nível local, o estado de Alagoas cria em 2001 o sistema de avaliação educacional de Alagoas (SAVEAL), com a primeira aplicação em 2001 para alunos do 5º ano, em 2005 expande para o 9º ano como complemento da prova Brasil e após 06 anos, em 2011, atinge 130.000 alunos (escolas públicas estaduais e municipais e algumas escolas privadas) do estado de Alagoas, envolvendo 5º e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio.

No estado de Alagoas o SAVEAL foi criado em 2001, cuja finalidade não difere do SAEB, pois os dados levantados não são divergentes, apesar de um olhar na realidade local. Fernandes (2001, p.31) expõe que “A Avaliação Institucional toma formas competitivas alarmantes, comparando escolas com realidades e ritmos diferentes e priorizando os rankings entre as instituições”.

Nesse contexto a avaliação se torna um caminho para o planejamento de políticas públicas, Souza (2007, p. 67) discorre as políticas públicas como um “desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado – o governo – produtor, por excelência, de políticas públicas”. Dentro dessas políticas públicas estão as políticas educacionais, que como diz Azevedo (2004, p.59) “Sendo a política educacional parte de uma totalidade maior, deve-se pensá-la sempre em sua articulação com o planejamento mais global que a sociedade constrói como seu projeto e que se realiza por meio da ação do Estado”.

Quem é esse Estado? Para alguns Estado de direito, para outros, Estado estruturador, Estado do bem-estar-social, Estado na relação com um contrato que estabelece entre a sociedade, com neutralidade política e responsável em garantir o bem comum, todos estes aspectos direcionaram a compreender como essa teoria contribui

¹ O SAEB foi criado em 1990 para avaliação das escolas em caráter amostral, que permaneceu até 2003. As escolas eram sorteadas, com isso era gerado os resultados para o Brasil, regiões e Estados federativos. Informação obtida no site do MEC:

² Em 2005 o SAEB foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, passando a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil. Com aplicações em 2007, 2009 e 2011.

para entender o Estado atual. Quem é o Estado brasileiro hoje? Oliveira (2008) explicita em seu artigo a submissão do Estado brasileiro as agências internacionais ao definir o teor das suas políticas públicas. Afonso (2009, p.49) expõe que “A partir da década de oitenta, o interesse pela avaliação, sobretudo por parte de governos neoconservadores e neoliberais, começou a ser traduzido pela expressão Estado Avaliador”.

Pesquisar as principais transformações ocorridas no âmbito estadual no que diz respeito à política pública, principalmente em relação ao sistema de avaliação e qualidade e de como afeta as escolas públicas, eis o objetivo principal desse projeto de pesquisa. Para Souza (2007, p. 81) a concepção de políticas públicas esta relacionada a:

[...] democracia, questões de ação coletiva e de distribuição de bens coletivos e, na formulação da escolha racional, requerem o desenho de incentivos seletivos, na expressão de Olson, para diminuir sua captura por grupos ou interesses personalistas.

O direcionamento será dado no contexto alagoano, o olhar será a realidade desse estado, com suas características próprias, índices, suas políticas públicas e a realidade das escolas. O âmago da pesquisa será o ensino fundamental, por entender que há toda uma especificidade em relação ao atendimento nesse nível de ensino. Segundo dados estatísticos do censo de 2010, há 96,11% de matrículas no ensino fundamental, quase uma universalização, conseguiu-se o acesso, mas e a qualidade?

O tempo investigado será o período de 2001 - 2015, pois, inicia, com a criação do SAVEAL, e depois, quando houve uma mudança no SAEB, em 2005, com a aplicação da prova Brasil para todos os alunos de escola pública da unidade federativa e todo o percurso do sistema de avaliação, bem como a evidencia de políticas públicas de ações relacionadas ao ensino fundamental para a melhoria da qualidade de ensino.

Ao optar por esse tema se pretende investigar as políticas públicas, dentro delas as políticas educacionais, com direção ao sistema de avaliação e a qualidade de ensino defendida por esse sistema e quais as interferências nas escolas públicas. Definir qualidade na educação não é algo fácil, muitas teorias se mostram equivocada em relação ao termo. Mas a que qualidade a pesquisa se refere? Paro (2001, p.45) defende a seguinte escola pública de qualidade:

[...] se refira à educação por inteiro, não apenas a aspectos parciais passíveis de serem medidos mediante a provas e exames convencionais. Como processo de atualização histórico-cultural, a

educação envolve dimensões individuais e sociais, devendo visar tanto ao viver bem pessoal quanto à convivência social, no desfrute dos bens culturais como herança histórica que se renova continuamente.

Percebe-se no pensamento de Paro, que qualidade não se refere apenas a ser capaz de responder os exames de larga escala, nesse sentido uma política educacional de qualidade é componente fundamental para a qualidade de ensino, esse é o intuito dessa pesquisa expor essa relação. Será que o SAEB consegue dar conta dessa qualidade tão almejada?

Com a perspectiva de sociedade pautada nos interesses coletivos, não tem como aceitar um sistema de avaliação respaldado em resultados apenas quantitativos, sem considerar os inúmeros aspectos que envolvem a realidade educacional. Como enfatiza Souza S. (2008, p. 266):

[...] detemo-nos em considerações relativas à avaliação do ensino fundamental que vem se realizando pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), cuja concepção e moldes de atuação vêm se expandindo em todo o território nacional, por meio de iniciativas de governos estaduais, imprimindo um lógica de gestão pautada pelo controle dos produtos e resultados educacionais.

A avaliação da educação também é uma questão política, não há neutralidade nessa ação, e tem como principal objetivo detectar as dificuldades e apresentar propostas que possam contribuir para a qualidade de ensino. Afonso (2003, p.51) relaciona avaliação e qualidade da seguinte forma:

Se considerarmos que a qualidade da educação escolar não se consubstancia apenas na sua qualidade científica e pedagógica, mas também, e em simultâneo, na sua qualidade democrática, não podemos deixar de exigir que a avaliação das escolas públicas se estruture através de procedimentos complexos, diversificados e muito distintos daqueles que tem baseado os exames externos estandardizados ou padronizados.

O que se observa na realidade atual é uma ênfase muito grande na avaliação institucional quantitativa, a necessidade de mostrar os índices obtidos pela escola, sem uma preocupação com o processo a qual se possibilitou essa avaliação. Demo (1999, P.38) faz a seguinte relação entre quantidade e qualidade: “Ao mesmo tempo, não percebe entre quantidade e qualidade qualquer dicotomia, ainda que se trate de

fenômenos diferentes. Toda qualidade humana é referenciada a alguma base quantitativa, assim como toda quantidade humana contém a dimensão da qualidade”.

Nesse âmbito, quais as políticas educacionais adotadas mediante os resultados da avaliação, qual a relação dos dados quantitativos com as políticas de qualidade de ensino? O SAEB é considerado uma avaliação institucional? Luck (2012, p. 69) conceitua a avaliação institucional como aquela que “oferece pistas sobre o que funciona e precisa ser melhorado e do que deixa de funcionar e precisa ser modificado, aspectos esses que podem ser imediatamente assumidos, de modo a garantir melhor cumprimento das responsabilidades socioeducacionais”.

O interesse principal é analisar os impactos nas escolas públicas estaduais da qualidade defendida pelo SAEB, qual a qualidade precípua desse sistema, há um direcionamento para a qualidade social? A ação investigatória circunscreve-se envolvendo as escolas que ofertam o ensino fundamental em Alagoas.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do estado de Alagoas

IDEB	ANOS INICIAIS				ANOS FINAIS			
	2005	2007	2009	2011	2005	2007	2009	2011
OBSERVADO	2,5	3,3	3,7	3,9	2,5	2,7	2,9	2,9

Fonte: IDEB

Ao compararmos com outros estados em relação aos anos iniciais, Alagoas é o segundo pior índice, e nos anos finais é primeiro pior índice.

No ano de 2009³ com o projeto de cooperação técnica entre Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte de Alagoas (SEE/AL), houve uma reformulação no SAVEAL, como proposta a universalização nas escolas públicas do Estado.

³ Informações do projeto Geração Saber da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte de Alagoas

A empresa não utiliza índices, mas nomenclaturas que demonstram o nível dos alunos. Segue abaixo o resultado geral da realidade educacional em Alagoas, com a participação de 130.000 alunos⁴:

Dados dos alunos no Estado – AVALIAÇÃO 2011

ÁREA	ANO/MODALIDADE	Avançado	Proficiente	Básico	Abaixo do Básico
LEITURA	5º ANO EF	2,2%	11,4%	34,0%	52,3%
MATEMÁTICA	5º ANO EF	0,3%	4,4%	22,6%	72,7%
LEITURA	9º ANO EF	0,1%	4,4%	46,9%	48,5%
MATEMÁTICA	9º ANO EF	0,0%	0,6%	27,4%	72,0%
LEITURA	3º ANO EM	0,0%	5,3%	26,1%	68,6%
MATEMÁTICA	3º ANO EM	0,0%	0,4%	9,8%	89,8%
PRODUÇÃO TEXTUAL	3º ANO EM	3,6%	38,7%	49,6%	8,1%

Fonte: relatório da AVALIA – Assessoria Educacional

Para uma melhor compreensão sobre os conceitos utilizados para avaliar os alunos, é importante tomar ciência que o avançado corresponde ao domínio completo dos conhecimentos e habilidades para o seu estágio e aptos a situação de maior complexidade, o proficiente demonstra sólido conhecimento dos conteúdos e habilidades do ano que cursam, enquanto que o básico demonstra domínio parcial da competência e o último nível que é o abaixo do básico tem os conhecimentos rudimentares, insuficientes para o estágio escolar que se encontram.

Os dados mostram que o nível de maior percentagem foi o abaixo do básico, principalmente na área da matemática, por exemplo: quase 90% dos alunos do ensino médio das escolas públicas estão nesse nível, dados que não são diferentes do IDEB.

⁴ A maioria de alunos das escolas públicas da rede estadual e redes municipais, poucas alunos das escolas particulares participaram, o que não chegou nem a 3%. Apenas um município do estado de Alagoas não firmou a parceria com o Estado.

São informações relevantes da realidade educacional do estado, que há muito tempo vem demonstrando a falta de investimento na educação, e até nos primórdios há demonstrações de total desinteresse nesse setor. O estado possui algumas singularidades na história de sua educação, reportando a Verçosa (2006, p.93), ele expõe um quadro geral da educação primária na província de Alagoas e comenta:

ANO	ESCOLAS	ALUNOS	POPULAÇÃO ESCOLAR	
			Nº ABSOLUTO	%
1835	26	1.160	20.000	5.80
1836	38	1.696	22.000	7.70
1867	104	5.234	50.000	10.46
1873	116	5.558	78.470	7.08
1889	184	6.458	120.000	5.38

Frente à crise que assim se amplia, não é de se estranhar que, na área da Educação, fazendo-se um balanço geral do que no império se realizou em toda a Província, se constate que a República não irá herdar uma situação animadora – em termos relativos ela será, no que diz respeito à instrução primária, ainda pior de que quando se começou a desenvolver o sistema.

Portanto, é um grande desafio dessa pesquisa fazer um entrelaçamento entre as políticas educacionais, sistema de avaliação e qualidade de ensino, respaldados como políticas públicas do estado. Como direcionamento surgiu a necessidade de elencar cinco categorias: Estado, políticas públicas, políticas educacionais, avaliação e qualidade da educação.

Fundamentação teórica

A base teórica da tese irá compreender os processos de globalização, nos debates acerca da globalização há uma forte tendência para reduzi-la às suas dimensões econômicas. Sem duvidar da importância de tal dimensão, penso que é necessário dar igual atenção às dimensões social, política e cultural (SANTOS, 2002). Quais as intervenções das políticas internacionais no Estado brasileiro, buscando enfatizar,

inicialmente as relações mundiais com suas influências no Brasil, que reflete no Estado atual. Procurar entender que Estado temos hoje, as tendências neoliberais continuam presentes nas políticas educacionais? Para Gentili (2010, p. 217) o neoliberalismo expressa a necessidade de restabelecer a hegemonia burguesa no quadro desta nova configuração do capitalismo em um sentido global.

Quais os interesses atuais? Antes de se chegar a esses pontos será necessário um recorte histórico a partir da década de 80, aprovação da constituição e logo após as reformas de Estado (SILVA, 2003; PEREIRA, 2005; SOUZA, 2004) que interferiram significativamente nas políticas educacionais.

Nunca se falou tanto em avaliação como nesses últimos anos, em 2005 inicia no ensino fundamental uma nova reestruturação no sistema de avaliação, através da prova Brasil, pela primeira vez na história da educação brasileira, cada escola seria vista por toda a sociedade com o seu índice, os dados do censo mais o aproveitamento dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental nas provas de língua portuguesa e matemática, resultando no índice geral da escola, segundo Araújo e Luzio (2005, p.9):

A avaliação é importante para os governos; ela mostra se os recursos públicos aplicados em políticas educacionais estão propiciando uma escolarização de qualidade. É importante também para a sociedade, pois a informa sobre a qualidade do serviço educacional ofertado a ela.

No entanto, Afonso (2009, p. 49) revela que o Estado avaliador é uma expressão que significa, em sentido amplo, que o Estado vem adotando um ethos competitivo, neodarwinista, passando a admitir a lógica do mercado, através da importação para o domínio público de modelos de gestão privada, com ênfase nos resultados ou produtos dos sistemas educativos.

Os teóricos do Ministério da Educação e Cultura, que atuam com o SAEB são unânimes em afirmar que a sua função é detectar os pontos em que a escola precisa avançar e a partir dessa análise planejar ações em prol da melhoria da qualidade de ensino, numa visão macro de oportunizar o gestor do município ou estado dados para que possam propor ações que contribuam na melhoria da qualidade de ensino. Em coerência com esse pressuposto Dias Sobrinho (2000, p. 103) define avaliação institucional nos seguintes termos:

A avaliação institucional é uma construção colectiva de questionamentos, é uma resposta ao desejo de ruptura das inércias, é por em movimento um conjunto articulado de estudos, análises, reflexões e juízos de valor que tenham alguma força de transformação qualitativa da instituição e do seu contexto, através da melhora dos seus processos e das relações psicossociais.

Mas, os alunos dominarem as habilidades e competências de língua portuguesa e matemática significa qualidade do ensino? Essa qualidade é a desejada por todos? Silva (2008, p. 17) coloca qualidade como construção social, “portanto, dizer essa é uma “escola de qualidade” não significa ter descoberto ou comprovado suas características reais, mas, interpretá-las a partir de certas condições históricas, territoriais, culturais, de classe ou grupo social”.

Apesar de toda uma teoria para justificar a importância da avaliação e a relação com as políticas públicas, refletindo na obtenção da qualidade do ensino, o que vem se observando na realidade atual é um instrumento regulatório, que com a publicação dos índices faz com que cresça a competição entre as escolas, levando muitos dirigentes a oferecer prêmios pela melhoria dos índices, ocasionando uma grande pressão na escola. Como alerta Freitas (2007, p.968):

O verdadeiro limite à universalização da melhoria da qualidade da escola é a própria ideologia meritocrática liberal. Caso a avaliação se coloque a serviço dela, então ficará limitada à medição do mérito e à ocultação da desigualdade social sob a forma de indicadores “neutros” como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) criado pelo MEC.

O que se presencia na atualidade é uma valorização ao resultado em detrimento ao processo, há uma busca em alcançar melhores índices sem levar em consideração o processo do ensino e aprendizagem, que depende de inúmeros fatores internos e externos para que ocorra. Mas, na vivência isso não ocorre, Sousa (2006, p.135) expõe que, “tradicionalmente, a avaliação que se realiza de modo sistemático na escola é direcionada para o aluno, sem que os resultados dessa avaliação sejam referenciados ao contexto em que são produzidos”.

O termo qualidade é algo que suscita muitas dúvidas, defini-lo não é fácil, há toda uma teoria que perpassa o seu sentido, qualidade para quem? Qualidade de quem? O que é considerado de qualidade? Chegar ao consenso do que é qualidade é muito complexo.

Ao discorrer sobre esses três elementos, a saber: políticas educacionais, avaliação e qualidade, é de extrema importância não direcionar os olhos apenas para a escola, receptora de toda uma sobrecarga de problemas e dificuldades e a única responsabilizada, a procura de culpados que sempre recai sobre os professores e alunos, Freitas⁵ contesta esse direcionamento apenas para a escola, quando diz:

Há de se reconhecer as falhas nas escolas, mas há de se, reconhecer, igualmente, que há falhas nas políticas públicas, no sistema sócio - econômico, etc. Portanto, esta é uma situação que, à espera de soluções mais abrangentes e profundas, só pode ser resolvida por negociação e responsabilização bilateral: escola e sistema.

Nesse contexto é relevante expor sobre as políticas públicas para a educação no Brasil, Saviani (2008) destaca em seu livro de Educação Brasileira que o Brasil não tem um sistema educacional, a maioria das soluções apresentadas são importadas ou improvisadas, sem levar em conta a realidade do povo brasileiro. Deste modo é preciso entender o que são as políticas públicas, Diógenes (2010, p.77) expõe que “as políticas públicas historicamente têm atuado como estratégias de dominação da classe burguesa e/ ou frações dela, no sentido de reproduzir as condições de acumulação capitalista.”

Ao se discutir políticas públicas muitas questões afloram, principalmente ao analisar a especificidade do Brasil, numa busca de melhorar a educação propõe programas, planos e projetos.⁶ Mas, que sempre fica a desejar no quesito financiamento. Dourado e Amaral (2011, p.288) em relação ao financiamento da educação no PNE (2011-2020), (PL Nº 8.035/10) prevê na meta 20: “Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do produto interno bruto do país”.

No contexto alagoano⁷, de acordo com o censo 2000 – IBGE⁸, há um montante de 72.561 adolescentes entre 12 e 17 anos que são analfabetos, assim como 55.000 adolescentes na faixa etária de 10 a 17 anos sem frequência a qualquer tipo de escola. Segundo o Plano Estadual de Educação (2005, p. 22):

Sabemos que, por si só, a Educação não pode resolver os crônicos problemas sociais alagoanos que decorrem da forma como vem se

⁵ (Idem, 2007, p.975)

⁶ Histórico dos Planos de Educação ver em DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação como política de Estado: antecedentes históricos, avaliação e perspectivas.

⁷ O estado de Alagoas tem 3.120.494 habitantes, com 651.408 matrículas, 25.457 docentes e 2.912 escolas, dados referentes ao ensino fundamental do censo 2010.

⁸ Dados no Plano Estadual de Educação (2006-2015)

dando a posse da terra, com a predominância do latifúndio e da monocultura, em oposição à limitada eficiência da produção levada a efeito pela maioria dos alagoanos, cuja natureza tem base nos baixos salários ou no minifúndio, na cultura de subsistência e na produção artesanal.

Todo presente é reflexo da sua história passada, evidente que não se pode está preso a um passado, mas é importante conhecê-lo para entender questões atuais, mas, com o intuito de avançar no futuro. Alagoas na sua história vivenciou poucas ações que demonstrassem interesse em alfabetizar à população, como revela Costa (1871-1934 [2011], p.30 - 31):

A situação intelectual da comarca de Alagoas era um reflexo da situação mesma da capitania e da própria colônia. Por toda a parte a ignorância apresentava os aspectos mais lastimáveis do Estado coletivo. Era notória a falta de indivíduos que pudessem exercer as profissões liberais e até ocupar os cargos públicos mais modestos.[...] De alto a baixo a ignorância era completa. Saber ler e escrever era privilégio de raros. Não era mesmo considerada coisa de grande importância pela aristocracia rural dominante.

Nesse sentido, é de extrema importância estudos, em especial o estado de Alagoas, que possui baixos índices de IDH⁹ e IDEB, possam refletir sobre suas políticas públicas, com ênfase nos reflexos que ocorrem no espaço educativo.

Portanto, a pesquisa se propõe a pesquisar quais os impactos nas escolas públicas de alagoas da qualidade defendida pelo sistema de avaliação de educação básica e sistema de avaliação de alagoas?

Fundamentos e procedimentos metodológicos

Abordagem da pesquisa

Essa pesquisa será de natureza quali quantitativa, entendendo que no seu aspecto em relação a quantitativa, não será dado ênfase ao paradigma positivista, que segundo Moreira e Caleffe (2006, p.48):

“[...]qualquer definição de positivismo conterà dois elementos, a visão de que as ciências naturais proporcionam a única base para o verdadeiro conhecimento e que os métodos, as técnicas e os modos de operação das ciências naturais oferecem o melhor modelo para investigar o mundo social.

⁹ Índice de Desenvolvimento Humano

Os dados quantitativos servirão como análise da pesquisa educacional com uma visão interpretativa, dessa forma haverá um levantamento de dados, índices, estatísticas educacionais sobre o estado de Alagoas, que corresponde ao aspecto quantitativo, pois como esclarece Moreira e Caleffe¹⁰ “a realidade da grande maioria das pesquisas sociais e educacionais é que os pesquisadores usam uma variedade de fontes para a coleta de dados e também de tipos de análise”.

No que diz respeito a abordagem qualitativa será investigado a realidade do estado em relação as políticas educacionais e avaliação com foco na qualidade. Os dados serão coletados em ambientes da vida real em que a ação acontece, segundo Lankshear e Knobel (2008, p. 66):

Em comparação a pesquisa quantitativa, a investigação qualitativa faz relativamente pouco uso de formas de análise estatísticas e recusa-se a restringir a coleta de dados ao uso de instrumentos altamente estruturados, refutáveis e padronizados, em ambiente descontextualizados. Entretanto, esses instrumentos de coleta de dados, assim como abordagens estatísticas para análise, são usados ocasionalmente, quando é apropriado.

A investigação será desenvolvida através de algumas técnicas e instrumentos, o levantamento bibliográfico para seleção de obras de referências, produções acadêmicas, sites, revistas eletrônicas e impressas, materiais que devem estar relacionados ao objeto de estudo, com vistas a uma literatura atualizada e as contribuições relevantes para a temática.

A pesquisa será em 6 (seis) escolas públicas. Para a seleção das escolas serão considerados os seguintes critérios: três com os maiores índices do IDEB, em diferentes regiões do estado e três com os menores índices, e que todas atendam o ensino fundamental (1º ao 9º ano), que tenha participado de todas as aplicações da prova Brasil.

Nesse sentido, a pesquisa será auxiliado pela observação de situações relacionadas ao SAEB, como as escolas são tratadas em relação aos índices e quais as ações da escola, que situações estão ocorrendo na escola em relação ao SAEB, com relatos de ações dentro da escola e na secretaria que faz parte da pesquisa, serão realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas envolvendo a comunidade escolar e

¹⁰ (idem, p. 66)

técnicos da secretaria, será utilizada também a técnica do grupo focal, que na visão de Gatti (2005, p. 13):

O trabalho com grupos focais oferece boa oportunidade para o desenvolvimento de teorizações em campo, a partir do ocorrido e do falado. Ele se presta muito para a geração de teorizações exploratórias até mais do que para verificação ou teste de hipóteses prévias. Não que não possa ser usado para essa verificação

De acordo com os dados coletados serão analisados para o direcionamento dessas categorias, com o intuito de uma teoria crítica sobre a realidade, pois como enfatiza Gamboa (2007, p. 132):

As teorias críticas consideram os entornos e os contextos. Porém, a concepção de contexto difere de uma abordagem para outra, assim como no entendimento do todo e das partes. Se considerarmos que em toda pesquisa se trabalha com as categorias de contexto-todo-partes (elementos que ajudam a identificar diversas maneiras de construir objetos), podemos indagar de que maneira se articulam essas categorias gnosiológicas nas diversas abordagens utilizadas na pesquisa educacional.

Sujeitos envolvidos

A pesquisa será realizada na secretaria estadual de educação, envolverá também 06(quatro) escolas públicas do Estado de Alagoas. Dentro desses ambientes haverá a participação de técnicos pedagógicos que atuam na secretaria, com programas relacionados a avaliação. Em relação às escolas serão os diretores, professores, servidores da educação¹¹, pais e alunos, numa investigação em que eles irão revelar como veem o SAEB, o que tem repercutido na escola, quais as ações, e qual a relação com a qualidade do ensino. Como a pesquisa ocorrerá na secretaria e em seis escolas públicas, será selecionada uma mostra significativa de técnicos pedagógicos do primeiro campo e quanto ao segundo uma mostra de professores, servidores, alunos, pais e a participação dos diretores.

Coleta de dados

Inicialmente haverá uma coleta de dados estatísticos sobre o estado de Alagoas, índices relacionados a educação, para que haja uma análise e uma relação com os dados da secretaria e das seis escolas públicas, tanto na secretaria como nas escolas serão utilizados quatro instrumentos: observação sistemática com o registro diário, incluindo

¹¹ Profissionais da educação que não atuam em sala de aula.

ainda a participação em ações das secretaria e nas escolas, entrevista individual semi-estruturada e grupos focais com a participação de 08 a 10 pessoas em cada grupo. Em toda a coleta de dados haverá a utilização de materiais de áudio e vídeo, tais como: câmera filmadora, máquina digital e gravador.

Análise dos dados

Após coleta dos dados, será o momento da análise com o foco nas categorias, tudo que foi registrado será organizado em quadros comparativos das escolas e na secretaria que se envolveram com a pesquisa, os quais resultarão em produções textuais, nesse momento há a necessidade de uma análise da conjuntura, como explica Souza (1998, p. 8):

A análise da conjuntura é uma mistura de conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse. Nesse sentido não há análise de conjuntura neutra, desinteressada: ela pode ser objetiva mas estará sempre relacionada a uma determinada visão do sentido e do rumo dos acontecimentos.

Nessa análise, o referencial teórico utilizado, bem como os dados coletados servirão como suporte para a construção dos textos científicos da tese, nesse contexto é preciso compreender como as categorias selecionadas ajudarão na organização dessa análise, na busca de explicar os fenômenos identificando suas partes, suas variáveis e a relação entre as mesmas, a luz das teorias crítico - dialéticas. Gamboa (2007, p.132) atribui a essas teorias “um status específico e um valor diferenciado à educação na relação com a sociedade, de tal maneira que, dependendo da conjuntura, a educação pode ser um agente transformador da sociedade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, A.J. **Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica**. In: ESTEBAN, M. T. (org.). Escola, currículo e avaliação. São Paulo: Cortez, 2003.

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2009.

ALAGOAS, Governo do Estado de. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte SEE/AL. Projeto de Cooperação Técnica MEC – PNUD – SEE/AL. Eixo 1, Política

Educacional para o Estado de Alagoas, ação 08, Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas – SAVEAL: Expansão e Implementação.

ALAGOAS, **Plano Estadual de Educação**, PEE 2006-2015. Aprovado em 2005. Lei Nº 6.757, de agosto de 2006.

ALAGOAS, **Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas 2011**. Avaliação do 5º e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio. Relatório da Coordenadoria Regional de Educação, 1ª, 13ª, 14ª e 15ª CRE.

ARAÚJO, Carlos Henrique, LUZIO, Nildo. **Avaliação da Educação Básica: em busca da qualidade e equidade no Brasil**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A educação como política pública**. São Paulo: Autores Associados, 1997.1

SANTOS, Boaventura. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, João Craveiro, 1871-1934. **Instrução Pública e instituições culturais de Alagoas e outros ensaios**. Coordenação editorial, apresentação, notas e bibliografia de Elcio de Gusmão Verçosa, Maria das Graças de Loiola Madeira. Maceió: EDUFAL, 2011.

DEMO, Pedro. **Mitologias da avaliação**: de como ignorar, em vez de enfrentar problemas. Campinas. SP: Autores Associados, 1999.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. **Movimento Histórico: no Passo e no compasso das políticas públicas no Brasil**. In: PRADO, Edna Cristina do e Diógenes, Elione Maria Nogueira(orgs.). Avaliação de Políticas Públicas: Interface entre Educação e Gestão Escolar. Maceió: EDUFAL, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes, AMARAL, Nelson Cardoso. Financiamento e Gestão da Educação e o PNE 2011 -2020: Avaliação e Perspectivas. In: DOURADO, Luiz Fernandes (org.) Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas. Goiás: Editora UFG, autêntica, 2011.

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. **Avaliação Institucional da escola**. Base teórica e construção do projeto. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino.** *Educ. Soc.* [online]. 2007, vol.28, n.100, pp. 965-987. ISSN 0101-7330.

GAMBOA, Silvio S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologia.** Chapecó: Argos, 2007.

GATTI, Bernadete A. **Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas.** Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GENTILI, Pablo. **ADEUS À ESCOLA PÚBLICA – A desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das majorias.** In: GENTILI, Pablo. *Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.* 17 ed. – Petrópolis, Rj: Vozes, 2010.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele; tradução Magda França Lopes. **Pesquisa Pedagógica: do projeto à implementação.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

LUCK, Heloísa. **Perspectivas da avaliação institucional da escola.** Petrópolis: Vozes, 2012.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

OLIVEIRA, Ramon de (2008). A influência do empresariado industrial e das agências multilaterais na educação profissional brasileira. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 5, pp. 121-130. Consultado em 10 de agosto de 2013, em <http://sisifo.fpce.ul.pt>

PARO, V.H. **Escritos sobre educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira: Estrutura e Sistema.** 10ª ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na “Reforma” do Estado.** São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, V.G. **Por um sentido na escola público da qualidade da educação.** 120 f. 2008. Tese de doutorado. Faculdade de Educação de São Paulo. 2008.

Site do MEC: www.mec.gov.br acessado em 21 de janeiro de 2012.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. **Avaliação do Rendimento escolar como instrumento de Gestão Educacional.** In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.) Gestão Democrática da Educação. Desafios contemporâneos. 8ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Avaliação Institucional: Elementos para discussão.** In: LUCE, Maria Beatriz e Medeiros, Isabel L. P. de. Gestão escolar democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SOUZA, Celina. **Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas.** In: HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta e MARQUES, Eduardo (orgs.) Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

SOUZA, Herbert J. de. **Como se faz análise de conjuntura.** 18ª edição. Petrópolis: ed. Vozes, 1998.

SOUZA, Donaldo B; FARIA, Lia C. M. Reforma do Estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96. **Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 925-944, out./dez. 2004.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e Educação em Alagoas: História, histórias;** 4ª ed. Maceió: EDUFAL, 2006.